**GT– QUESTÃO URBANA AGRÁRIA, AMBIENTAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL**

Modalidade da apresentação: Comunicação oral

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MÍDIA NO RIO GRANDE DO NORTE: uma análise sob a ótica do Serviço Social

Ana Carolina Silva de Azevedo¹

Carla Montefusco de Oliveira²

Mariana Guimarães de Azevedo³

**RESUMO**

O processo de reestruturação produtiva redimensiona não somente o grau de desenvolvimento econômico, mas incide nas questões políticas, históricas e culturais. Transformam-se formas de gestão e organização do trabalho, bem como estratégias de atender as demandas do mercado consumidor. É nesse cenário que emerge, sobretudo a partir dos anos de 1990, o debate em torno do papel das empresas na sociedade, sob o discurso da chamada Responsabilidade Social Empresarial - RSE. O conceito de RSE é, portanto, envolto de contradições e não aparece de forma hegemônica nas análises que o compõem. Sob esse viés, o artigo ora apresentado, buscou analisar a difusão do tema da responsabilidade social empresarial nos veículos de mídia norte-rio-grandense, como uma estratégia a favor das empresas praticantes da Responsabilidade Social Empresarial. Foram utilizados estudos bibliográficos e pesquisa documental. A amostra de matérias analisadas foi selecionada a partir do Jornal Bom Dia RN e do Portal no Ar, dois veículos de comunicação significativos no Estado do RN atualmente. Foram selecionadas 63 reportagens pertinentes ao campo temático do desenvolvimento sustentável e da RSE. Para trabalhar os dados utilizou-se a análise de conteúdo. Verificou-se no material investigado que uma predominância do discurso do voluntariado, bem como a divulgação de eventos sociais, sem, no entanto, trazer um debate mais conciso dos conceitos apresentados nas matérias.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social Empresarial; discursos midiáticos; Serviço Social

# 1 INTRODUÇÃO

As transformações pertinentes ao setor produtivo a partir da década de 1970 provocaram a reorganização das formas de gestão/organização da produção. Nesse ínterim, as degradações socioambientais se intensificaram como pautas dos discursos ambientalistas, passando a fazer parte das agendas políticas internacionais. Como estratégia mercadológica, ou por cunho social filantrópico, as empresas passaram a reorganizar suas políticas, adequando-as ao engajamento nas causas socioambientais, dando origem ao conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Nesse sentido, a partir de um conceito mais difundido, em especial, nos espaços de mídia e no meio empresarial, o emprego da RSE busca integrar os interesses da empresa a todos que com ela se relaciona, de forma a viabilizar o atendimento das expectativas de desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno (ETHOS, 2006).

Precede essa análise os desdobramentos inerentes à revolução industrial que embora estivesse aportada em solo inglês (1760 a 1830), a produção em massa de equipamentos industriais fora responsável pela expansão do capitalismo, em um processo que se difundiu pela Europa, Ásia e América. O avanço dessas tecnologias, o crescimento populacional e o aumento dos movimentos de imigração, permitiram no momento da grande primeira depressão o fortalecimento das grandes empresas por meio da concentração de capital, promovendo o início de uma nova fase do capitalismo: o monopolista.

Esse estágio do capitalismo acarretou intensas mudanças na estrutura da produção industrial, interferindo significativamente nas relações trabalhistas dos indivíduos, e foi celebrado como a época das novas formas de energias: eletricidade, petróleo; dos grandes inventos: motor a explosão, telégrafo, corantes sintéticos; e de intensa concentração industrial. Ademais, a diferença principal entre a fase anterior e a atual se dá no estreito relacionamento entre ciência e técnica, utilizando a aplicação da ciência pela necessidade de reduzir custos, com vistas à produção em massa.

Tal processo, ainda, tendo como característica o imperialismo, defendeu a forte concentração dos capitais, criando os monopólios; a fusão do capital bancário com o capital industrial; a exportação de capitais, que supera a exportação de mercadorias; o surgimento de monopólios internacionais que partilham o mundo entre si, e a dominação de áreas coloniais a fim de obter matérias-primas e mão de obra barata, além de mercados consumidores de produtos industriais fabricados pelas grandes empresas monopolistas.

Em território nacional, a partir da década de 1960, com o advento da repulsa à degradação ambiental, em especial por movimentos ambientalistas e o reconhecimento da necessidade de políticas comprometidas com as demandas sociais, oriundas da relação social de produção e da contradição sobreposta nisso, as empresas, independente do segmento econômico, cada vez mais forjam meios para adequar-se às exigências por responsabilidade social, embora focada em interesses prioritariamente mercadológicos.

A partir dessas redefinições, emergem também novas formas de se projetar os ideários socialmente responsáveis, sobretudo, com mecanismos de maior alcance e velocidade dos dados. Entre eles, as mídias sociais, “websites”, “blogs”, programas televisivos e outros, garantem formas de publicizar as informações referente a ações e projetos executados quer seja no âmbito interno ou externo de suas corporações.

Destaca-se, ainda, que a transparência das informações é uma dimensão constituinte da máxima de RSE; e no cenário de crescente evolução do alcance da internet, esse tem sido um meio importante para difusão de informações sobre o conceito. Isto posto, o ensaio a seguir tem por objetivo analisar a difusão do tema da responsabilidade social empresarial nos veículos de mídia norte-rio-grandense, como uma estratégia a favor das empresas praticantes da RSE, bem como a integralidade da informação, como dispositivo imprescindível para compreensão do tema.

Para tanto, foram catalogados dois veículos, como representação da mídia televisiva e do alcance da informação por meio de blogs na internet. Estes por sua vez, foram analisados à luz do método de análise de conteúdo, intentando analisar, por meio de categorias próprias, a qualidade das informações veiculadas, respeitando a dimensão de transparência do conceito.

Nesse horizonte, destacamos a relação inerente que há nas formas estratégicas que o modo de produção vigente se estrutura e assim, espraia vias de ampliação da lucratividade, moldando inclusive, as determinadas regulações sociais. Além disso, atravessa esse estudo, a análise sobre o uso da linguagem através dos setores midiáticos, que se tornam fundamentais no fomento de articulações sociais, bem como das demandas nesse campo da RSE, que são colocadas para o profissional do Serviço Social.

A respeito disso, ressalta-se que no diálogo empresarial para com a sociedade, é sumariamente importante registrar que amparado no projeto ético-político, a atuação desse profissional, deve conter a impressão de um direcionamento social crítico e que preze pela consolidação e ampliação dos direitos. Segundo Teixeira e Braz (2009), é no âmbito desse projeto atravessado de contradições, que os seus princípios e valores condicionados por determinantes histórico‐concretos mais abrangentes, devem se opor frontalmente aos pilares fundamentais que sustentam a ordem capitalista vigente.

São apresentados, portanto, dados coletados dos jornais potiguares supracitados, bem como de suas páginas oficiais, e faz-se um debate que atravessa o campo das ações socialmente responsáveis, sobretudo na contemporaneidade, isto é, a mídia e com ela, a construção de discursos norteadores do comportamento e do imaginário social.

Por fim, nas considerações finais, realiza-se uma síntese geral do que foi desenvolvido ao longo do trabalho aqui exposto, e reafirma-se a importância de continuamente fomentar discussões voltadas para o campo da RSE, visto que esse é um debate atravessado por contradições, e paulatinamente recebe outros contornos, como é o caso contemporâneo de usufruir dessas novas moldagens a exemplo dos veículos de comunicação aqui analisados.

# 2 AS EXPRESSÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A RSE

Ressaltam-se nesse campo da RSE, as diversas particularidades como os traços culturais, a formação econômica e os direcionamentos políticos que se constroem em variados territórios. Em nível nacional, como discorre Amaral e Cesar (S/D), coloca-se em evidência o cenário empresarial da década de 1980, o qual impulsiona a chamada reengenharia com uma crescente informatização no circuito trabalhista através da modernização das plantas industriais.

Ainda segundo as autoras, é nesse contexto que as corporações empresariais passam a difundir a ideia da “responsabilidade social corporativa”, articulando um “compromisso ético” com o “desenvolvimento sustentável”. Essa expressão é corporificada nas novas metodologias, como a implementação de programas participativos e de qualidade total, promovendo ênfase no discurso do empresariado no que tange a qualificação técnica dos “colaboradores”, bem como a adequação da força de trabalho às transformações em curso.

Essas alterações também constituem respostas empresariais às demandas e reivindicações dos trabalhadores no âmbito interno das instituições. Estes por sua vez, se constituem como espaços de socialização das demandas políticas que não agregam o controle sobre o processo de produtivo. Nessa direção, identifica‐se uma tentativa de esvaziamento do conteúdo político do movimento sindical, na medida em que há a substituição das negociações coletivas por estratégias compreendidas como “passivadoras” das lutas sociais.

No entanto, mudanças nos contextos econômicos, político, social e cultural vêm acontecendo em todo o mundo. É percebido, desde meados dos anos de 1960 e início de 1970, nos países centrais, o acúmulo de indícios que predizem um novo período de crise, movimento estrutural e de caráter cíclico, dentro do modo de produção capitalista (Harvey 1996).

Entre esses indícios estavam a existência de capacidade ociosa no setor produtivo, particularmente, na indústria, um excesso de mercadorias e estoques, queda na produtividade e na lucratividade corporativas, acirradas pela intensificação da competição internacional e pelos efeitos da crise do petróleo, em 1973, e a presença de grandes excedentes de capital. O longo período de expansão do pós-guerra, o qual teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações específicas de poder político-econômico, interrompe-se, iniciando-se uma época de rápidas mudanças, fluidez e incerteza [...] (LOMBARDI, 1997)

É nesse processo que emergem como opção à crise, as estratégias de um novo regime de produção capitalista, ampliando suas bases de acumulação em escala global. A partir desse movimento de crise estrutural, mudanças ocorrem também no eixo do capitalismo mundial, com destaque para EUA, Europa Ocidental e Japão, e culminam em um processo de reestruturação econômica, bem como rebatimentos em várias esferas da vida dos indivíduos, sobretudo no que diz respeito ao mundo do trabalho organizado.

[...] o novo complexo de reestruturação produtiva surge no interior da III Revolução Industrial, que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais; e sob a mundialização do capital e do sócio-metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho. (ALVES, 2007, p.156)

Se considerarmos que o modo de produção vigente se reinventa no pós-crise estrutural, enxergamos que o seu desenvolvimento, sobretudo na área industrial, ocorre através de intensos processos de ressignificação. No século XX, por exemplo, a reestruturação produtiva foi marcada pelas inovações oriundas dos modelos fordista e taylorista; em uma longa e contínua trajetória de mudanças nas organizações e relações sociais.

Porém, o Toyotismo, que emerge hoje com o novo complexo de reestruturação produtiva, é tão-somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo.

Diante disso, como uma das estratégias que envolvem a reestruturação produtiva, destaca-se a RSE como um mecanismo de rentabilidade para os organismos financeiros envolvidos, considerando a forma com que a publicidade dessas ações pode convergir para um significativo valor de mercado, e conclamar outros interessados em parcerias, isto é, demais “stakeholders” objetivando o processamento de atividades socioambientais executadas por instituições privadas.

# 3 A RELAÇÃO ENTRE MÍDIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Pressupõe a discussão envolvendo o ideário de Responsabilidade Social Empresarial, a análise sobre os ditames políticos e normativos que delineiam a classe patronal historicamente. Conforme as abordagens de Menegasso (2011) é no marco das reflexões sobre o lugar das políticas sociais e, consequentemente, o papel que assume o Estado mediante estas, que a temática da gestão socialmente responsável incorpora maior centralidade, em face dos problemas sociais.

Nesse sentido, as demandas colocadas pelos sujeitos coletivos irão exigir respostas capazes de promover resolutividade, e sanar questões pautadas em diversas áreas como saúde, educação, desemprego, moradia, alimentação, entre outras prerrogativas que reivindicam o acesso a bens e serviços. Emerge nessa cena, a importância de gerar investimentos privados, tanto em projetos da área social quanto na prestação de serviços públicos, visando atender as expressões de desigualdades materiais produto dessa sociabilidade.

Ao repensarmos a função do Estado e suas particularidades no desenvolvimento social a depender da conjuntura vigente, impõe-se em certa medida, tecer análise sobre os atores que com ele interage. O que nos permite inferir a respeito do mercado como esse “agente” constantemente impelido a participar e contribuir, na solução dos problemas sociais. Nesse ínterim, promove-se simultaneamente a emergência de um terceiro setor[[1]](#footnote-1) no qual se estabelecem firmes parcerias entre o aparato estatal e as empresas.

Observa-se que as dimensões pertinentes à Responsabilidade Social Empresarial (RSE), como reitera Menegasso (2011), são complexas, polêmicas e contraditórias, além de envolverem múltiplos conceitos e categorias que não se esgotam no dinamismo do mercado, nem tampouco na lógica burocrática pública. É válido salientar, que o Estado e as suas funções essenciais não podem ser substituídos, sobretudo pelo mercado. Em contrapartida, esta discussão vem gerando um processo rico de formulações teóricas e ampliação de espaços de trabalho, como é caso do campo referente ao Serviço Social.

Desse modo, o conjunto de práticas econômico-financeiras, sociais e ambientais, ligadas a uma gestão transparente e ética se voltam para contribuir com o processo de Desenvolvimento Sustentável. Reforça esse entendimento, a denominação de Responsabilidade Social Empresarial colocada pelo Instituto Ethos como:

[...] forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

O comprometimento da empresa com o Desenvolvimento Sustentável deve fazer com que ela acredite que desenvolvimento econômico e lucro não são incompatíveis com altos padrões de responsabilidade política, social cultural e ambiental, bem como que seu fortalecimento e rentabilização, o fortalecimento das relações com os clientes, acionistas e sociedade são contribuições essenciais na busca da indução desse novo padrão de desenvolvimento. Ademais a empresa ajuda a minimizar os impactos negativos de sua atuação no meio ambiente, e para tanto recebe incentivos fiscais do governo, considerando, certamente todos os processos contraditórios que envolvem a busca crescente pela lucratividade no sistema capitalista.

Nesse processo de busca pela construção de uma boa imagem junto aos consumidores e com vistas a intensificar a ampliação dos seus lucros, os avanços tecnológicos têm, na atualidade, marcados o campo da comunicação com o rompimento de barreiras nas relações sociais, sejam elas a distância entre os povos, seja o poder de manipulação de um grupo sobre outro. Nesse quadro, estabelecido historicamente, sobretudo no século XX, se projetam os avanços de diversas áreas pelo mundo, em especial da comunicação com o surgimento do telefone, do telégrafo e do rádio, e a partir de então os meios de comunicação exercem papéis importantes nas relações sociais dos indivíduos.

É válido o registro de que a mídia, por meio de sua disponibilidade de informações, leva o indivíduo a refletir acerca do cotidiano e das práticas humanas a partir dos estímulos passados em sua programação. Por se tratar de um aparelho ligado, sobretudo, a classe hegemônica, os pensamentos e reflexões provocados na soma da população se dão através de ideias vinculadas a esta, traduzindo-se na maioria das vezes em práticas de orientação conservadora que primam pela permanência da ordem societária vigente, tal qual se encontra.

Vale ressaltar, que a utilização da linguagem se torna, portanto, fundamental para promover mobilizações sociais em busca da ampliação dos direitos humanos. Consiste em um dos princípios estabelecidos pelo conjunto CFESS-CRESS[[2]](#footnote-2) na Política Nacional de Comunicação (2008-2011, p. 20): “A comunicação como direito humano, devendo constituir-se como espaço de denúncia a toda forma de opressão, violação e desrespeito aos direitos humanos”. Para, além disso, importa ao Serviço Social mediante as pactuações feitas com o aparato estatal, a análise de sua inserção num conjunto de programas e decisões tomadas pelos governos, e pela associação deste, com as entidades patronais.

Dessa forma, é crucial tecermos discussão sobre os caminhos, as alternativas que refletem a maturidade teórico metodológica, seu alinhamento com a dimensão prático-operativa e os valores éticos/políticos que incidem na atuação profissional. Em outros termos, para além das meras atividades na esfera de execução, formulação e gestão das políticas sociais, é requisitado ao assistente social, o estabelecimento de mediações no que diz respeito às flexibilizações nos processos de trabalho, e a tarefa de elaborar uma leitura que desvele a heterogênea realidade, uma vez que “as solicitações individuais, esparsas, casuais ou institucionalizadas podem se constituir em demandas coletivas potencializadoras de novas conquistas e direitos sociais ou de novos serviços e projetos voltados ao interesse da população atendida” (MENEGASSO, 2011).

# 4 MÍDIA POTIGUAR E DISCURSOS: uma análise sobre as formas de divulgação das ações de RSE

Atravessa o debate da construção de discursos o ideário da comunicação que, de acordo com Brito e Melo (2013), pode se configurar como um espaço político repleto de capacidade em formar valores, propagar ideias e influenciar comportamentos, desempenhando historicamente, um papel duplo. Por um lado, pode atuar como mecanismo estratégico na construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos; por outro, muitas vezes, reproduz e legitima violações desses direitos, fortalecendo, assim, a constituição de uma sociedade baseada no preconceito e na opressão (MELO; BRITO; 2013, p. 01).

Importa salientar que a “internet” também se insere nesse meio enquanto espaço passível à utilização de ferramentas de pesquisa, e assume o papel de meio através do qual podem ser coletados diversos dados. Corroboram com esse entendimento, as abordagens deFlick (2009), ao expor esse campo como uma ferramenta capaz de ser utilizada para a pesquisa quantitativa - a partir do mapeamento dos números e das experiências dos usuários, bem como a pesquisa qualitativa – com a expansão da internet por meio das interações entre os usuários e as variações dentro de grupos sociais. É nesse cenário que o estudo aqui empreendido, buscou catalogar reportagens selecionadas em dois jornais inseridos no campo midiático do Rio Grande do Norte.

Nesse horizonte, foram analisados o total de 48 reportagens, catalogadas por meio do Jornal Bom Dia RN e 15 matérias retiradas do Portal no Ar*.* A escolha por ambos os espaços midiáticos, justifica-se pela abrangência em território potiguar, o que nos permite evidenciar a forma com o que tais meios estruturam e propagam seus discursos voltados para sustentabilidade, projetos socioambientais, etc.

Em se tratando do segundo jornal, foram selecionadas por meio de palavras-chave como “responsabilidade social empresarial” e “desenvolvimento sustentável”, publicações entre 2014 e 2017 que expressam em certa medida, o nível de evidenciação socioambiental destas. A exemplo disso elenca-se a Comissão Temática de Responsabilidade Social (CORES), instituída pela Federação da Indústria do estado do Rio Grande do Norte (FIERN), organizada em 5 de Agosto de 2016 em torno da temática sobre “Educação Cidadã”.

Segundo consta na página oficial do Portal no Ar, esse foi um evento que tratou sobre diversos assuntos relacionados à cidadania, e destacou falas de “exemplos de sucesso”, além de debater sobre “alguns dos limites na educação e trabalhos que precisam ser realizados em prol do social” (PORTAL NO AR, 2018). Na área do Desenvolvimento Sustentável (DS), destacamos reportagens entre 2013 e 2018, dentre elas, o Mapeamento dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis que integra o conjunto de 14 documentos setoriais do Projeto CNI Sustentabilidade.

A respeito disso, conforme cita a matéria do Portal no Ar (2018), tendo em vista as modificações em curso e as tendências internacionais, demanda-se que esses setores um redimensionamento no âmbito da sustentabilidade com o desenvolvimento de novas tecnologias que confiram maior eficiência energética e a melhor gestão de carbono à indústria. Nesse ínterim, para a viabilidade de suas operações, é necessário também que invistam em ações voltadas para a área da saúde da população; meio ambiente e educação.

Entre as ações das empresas estão, por exemplo, o programa que ajuda a melhorar a saúde dos motoristas de transporte de combustíveis, a iniciativa que recolhe e recicla as embalagens plásticas de óleos lubrificantes, a valorização do ensino da área de ciências e uma ferramenta que facilita a tomada de decisões em caso de derramamento de óleo no mar” (PORTAL NO AR, 2018).

Em se tratando do material disponibilizado no jornal “Bom Dia RN”, ressalta-se que das 48 reportagens em análise, cerca de 14 não explicitam quem são os executores dos projetos/ações, ou seja, não é evidenciado na matéria se são atividades desmembradas do campo empresarial, promovidas pelo governos, pactuações entre ambos os campos, ou implementadas sob a ótica do voluntariado. A respeito desse último caso, destacamos a ação realizada pela Comunidade Católica Renascer, na cidade de Mossoró, em Agosto de 2018 com o chamado mutirão de urologia que desenvolve ações para prevenir e promover a saúde do público masculino entre 50 e 75 anos de idade, em torno do câncer de próstata.

Já os projetos que articulam “pactuações”, de acordo com as informações encontradas no referido jornal, tem-se que com as atividades promovidas pelo setembro amarelo, evidenciamos exemplos de integração entre o poder público, a universidade pública e também as universidades privadas. Nesse sentido, a ação aqui destacada, expressa a atuação em conjunto de setores distintos como profissionais da educação, estudantes de psicologia, assistentes sociais, a fim de conscientizar sobre a temática do suicídio e “formar multiplicadores”. Realizada no Teatro Municipal Dix-Huit Rosado, a atividade conclama o funcionalismo público e a população no geral para refletir acerca do tema.

No entanto, as reportagens de mídia televisiva, elencadas neste estudo, não possibilitam uma reflexão mais ampla sobre os temas tratados, sobretudo no tocante à Responsabilidade Social Empresarial. Diante do conteúdo amostral, deparamo-nos com reportagens fragmentadas em vídeos, com duração média de 5 minutos, que tomavam características, sobretudo, de divulgação das ações sem, no entanto, apresentar conceitos sobre os assuntos abordados.

Na análise de aproximadamente 4 meses de reportagens diárias, ficou evidente a recorrência de categorias nas matérias apresentadas. Coberturas de projetos e campanhas sociais com fins à saúde e a qualidade de vida, da população potiguar, contavam 25 das 48 reportagens analisadas; da mesma forma, a divulgação de ações voluntárias e filantrópicas estavam a pouco menos de 50% do conteúdo total analisado. Entretanto, apenas 02, dos 48 vídeos tabulados, falavam sobre ações de Responsabilidade Social Empresarial; sendo também observada a insuficiência das informações passadas ao público; evidenciadas, sobretudo, na omissão ou secundarização do promotor/patrocinador do evento, além de suas finalidades.

As análises deste estudo estenderam-se, também, ao blog jornalístico “Portal no Ar”. A partir da ferramenta de busca foram encontradas 16 materias – de 2013 a 2018 – em que 12 retratavam as ações de RSE no Estado do Rio Grande do Norte, e 4 sobre desenvolvimento sustentável em território potiguar. Quando os resultados de um veículo de mídia são cruzados ao outro - e se evidencia a falta do debate sobre os temas supracitados - podemos sustentar a ideia de que as empresas Norte-rio-grandenses, não fazem uso do longo alcance da mídia como estratégia para disseminar o conceito de RSE, mesmo que uso seja para elevar a imagem da corporação.

# 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates que compreendem a Responsabilidade Social Empresarial ganham mais força a partir da década de 1990, e tornam-se atraentes à novos espaços, tomando maiores proporções na mídia, na sociedade em geral e na própria agenda empresarial. Esse debate suscitou discussões mais efetivas acerca das funções da empresa, sobretudo para a comunidade a que está inserida.

Em sendo a mídia um importante veículo de difusão de informações e influência na formação de pensamentos e, em sendo a transparência de informações um princípio essencial da denominada RSE, importa estabelecer instrumentos analíticos que permitam investigar criticamente os discursos produzidos pelos veículos de comunicação acerca da gestão empresarial socialmente responsável.

Verificou-se na pesquisa empreendida que uso da comunicação para difundir elementos relacionados ao tema da RSE ainda se manifesta de forma tímida na mídia potiguar. As ações veiculadas relativas ao ramo empresarial tem pouca aparição no calendário de reportagens diárias, divergindo da proposta inicial de utilização deste meio como manutenção das corridas concorrenciais. Ademais, o levantamento de debates mais profundos, principalmente, das ações de RSE praticada pelas empresas no RN é quase imperceptível nos veículos investigados por este estudo; o discurso tem se voltado, sobretudo, para ações de voluntariado e em perspectiva de divulgação, sem o debate mais conciso das categorias apresentadas.

As análises deste estudo, em relação à temática da Responsabilidade Social Empresarial na mídia do RN, demonstraram, mediante conteúdo catalogado, a insipiência do poder de alcance deste meio de comunicação por parte das empresas, bem como a fragilidade do conteúdo despendido nas reportagens e artigos. A falta de menção aos responsáveis pela ação e a formatação da matéria sem aprofundamentos do tema, são exemplos das debilidades encontradas, não permitindo a apreensão crítica e clara da situação por parte dos usuários.

Dessa forma, e entendendo a importância e a abrangência da comunicação, sobretudo como um portal de acesso e conhecimento à direitos, o debate acerca das mídias tem se tornado cada vez mais relevante para categorias profissionais diversas, incluindo o Serviço Social. Sob essa ótica, importa ao Serviço Social, atentar-se a este debate imprimindo uma postura analítica crítica que colabore para o desvelamento dos elementos contraditórios que constituem os processos capitalistas contemporâneos.

# REFERÊNCIAS

AMARAL. Angela Santana do, CESAR. Mônica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas *in* \_\_\_\_\_\_\_\_. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasilia, 2009. p. 7-10.

ALVES, Giovanni. **Formas Da Reestruturação Produtiva, *in* Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

FLICK, U. **A pesquisa qualitativa online: a utilização da Internet**. In:\_\_\_\_\_\_\_\_. Introdução a pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 238-253.

FREITAS, Thaisa, MONTEFUSCO, Carla. **DIREITOS HUMANOS E COMUNICAÇÃO: uma análise acerca das campanhas publicitárias do rio grande do norte**. In: Seminário de Pesquisa do CCSA/UFRN, 2015, Natal. Seminário de Pesquisa do CCSA/UFRN: construindo saberes para a promoção do desenvolvimento e cidadania, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 57-81.

INDICADORES ETHOS PARA NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS E RESPONSÁVEIS Glossário atualizado em maio de 2017. Confira a versão mais recente em <www.ethos.org.br/indicadores>

LOMBARDI, Maria Rosa. **Reestruturação produtiva e condições de trabalho: Percepções dos trabalhadores.** Revista Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 61, dezembro de 1997.

MENEGASSO, Maria Ester. **Responsabilidade social das empresas: um desafio para o Serviço Social***.* KATÁLYSIS*,*Florianópolis, n. 5, p. 64-71, 2001.

SAMPAIO, Isadora Castelo Branco. **Reestruturação Produtiva E Flexibilização Do Trabalho: Um Estudo Sobre Os Processos De Subcontratação E Relações De Trabalho Na Alunorte S/A**. Orientadora Eleanor Gomes da Silva Palhano: PPGCS/CFCH/UFPA, Belém, 2006.

<https://issuu.com/observatorio_social/docs/rse1>

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais****.* Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

ZAMBOIN, Maurício Eugênio. **A avaliação como instrumento de gestão em projetos de responsabilidade social empresarial**. Prêmio ETHOS Valor, v.5, São Paulo: Peirópolis/Instituto ETHOS, 2006;

1. “Construção teórica oriunda dos EUA, na qual existe uma tradição histórica de filantropia, onde empresas financiam universidades e uma infinidade de fundações atendem a demandas específicas de grupos e a interesses diversos da sociedade”. (Menegasso, 2011, p. 64) [↑](#footnote-ref-1)
2. Conselho Federal de Serviço Social - Conselho Regional do Serviço Social: Instâncias representativas da categoria profissional em nível federal e regional. [↑](#footnote-ref-2)